

**01**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO PÚBLICO 2012 - EDITAL Nº21/2012
CARGO ADMINISTRADOR

Instruções

1. Você recebeu do fiscal um cartão de respostas e um caderno de questões contendo 60 (sessenta) questões. Verifique se os seus dados estão corretos. Se necessário, comunique ao fiscal.
2. É responsabilidade do candidato se certificar de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no seu cartão de respostas.
3. O cartão de respostas só pode ser preenchido com caneta esferográfica de tinta indelével azul ou preta (Edital 21/2012, subitem 10.9.5).
4. O cartão de respostas NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
5. Assinale no cartão de respostas a alternativa correta. O preenchimento do cartão de respostas deve ser feito conforme o exemplo a seguir:
A) B) C) D) E)
6. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas. Respeite o espaço destinado às respostas.
7. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
8. Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "a").
9. Somente após decorrida uma hora do início da prova o candidato poderá entregar o seu cartão de respostas e retirar-se da sala de prova (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "c").
10. Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente o seu cartão de respostas ao fiscal.
11. Somente será permitido levar seu caderno de questões faltando uma hora para o término estabelecido para o fim da prova (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "d").
12. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "e").
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "g").
14. Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do responsável pelo local.
15. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu cartão de respostas.

*"A vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros."
Vinicius de Moraes*

Cronograma Previsto - Divulgação e interposição de recurso

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito preliminar	16/04/12	http://concursos.pr4.ufrj.br
Interposição de recursos contra o gabarito preliminar	17 e 18/04/12	
Resultado do julgamento dos recursos	02/05/12	
Resultado preliminar da prova objetiva	02/05/12	
Pedido de vista do cartão de respostas	03 e 04/05/12	
Vista do cartão de resposta	09/05/12	
Interposição de recursos - resultado preliminar - prova objetiva	10 e 11/05/12	
Resultado final da prova objetiva	15/05/12	

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO - PAZ GLOBAL IMPOSSÍVEL

Umberto Eco

Perto do final de dezembro, a Academia Universal das Culturas discutiu em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje. Não definir ou desejar, mas imaginar. Logo, a paz parece ainda ser não apenas uma meta distante, mas um objeto desconhecido. Os teólogos a definiram como a *“tranquillita ordinis”*.

A tranquilidade de que ordem? Somos todos vítimas de um mito original: havia uma condição edênica, depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência. Mas Heráclito nos preveniu de que “a luta é a regra do mundo, e a guerra é geradora comum e senhora de todas as coisas”. No início houve a guerra, e a evolução implica uma luta pela vida.

As grandes pazes que conhecemos na História, como a paz romana, ou, em nosso tempo, a paz americana (mas também já houve paz soviética, paz otomana, paz chinesa), foram resultados de uma conquista e uma pressão militar contínua através das quais se mantinha uma certa ordem e se reduzia o grau de conflitos no centro, à custa de algumas tantas pequenas, porém sangrentas, guerras periféricas. A coisa pode agradar a quem está no olho do furacão, mas quem está na periferia sofre a violência que serve para conservar o equilíbrio do sistema. “Nossa” paz se obtém sempre ao preço da guerra que sofrem os outros.

Isso deveria nos levar a uma conclusão cínica, porém realista: se queres a paz (para ti), prepara a guerra (contra os outros). Entretanto, nas últimas décadas, a guerra se transformou em algo tão complexo que não costuma mais chegar ao fim com uma situação de paz, nem que seja apenas provisória. Ao longo dos séculos, a finalidade da guerra tem sido a de derrotar o inimigo em seu próprio território, mantendo-o no desconhecimento quanto a nossos movimentos para poder pegá-lo de surpresa, conseguindo forte solidariedade na frente interna. Hoje, depois das guerras do Golfo e de Kosovo, temos visto não apenas jornalistas ocidentais falando das cidades inimigas bombardeadas, como também os representantes dos países adversários expressando-se livremente em nossas telas de televisão. Os meios de comunicação informavam ao inimigo sobre as posições e os movimentos dos “nossos”, como se Mata Hari tivesse se transformado em diretora da televisão local. Os chamados do inimigo dentro de nossa própria casa e a prova visual insuportável da destruição provocada pela guerra levaram a que se dissesse que não se deveriam assassinar os inimigos (ou mostrar que eram assassinados por engano), e, por outro lado, parecia insustentável a idéia de que um dos nossos pudesse morrer. Dá para se fazer uma guerra nessas condições?

1. As coisas ficaram ainda piores depois de 11 de setembro. O inimigo está em nossa casa, mas agora os meios de comunicação não podem mais monitorá-lo, porque ele está na clandestinidade. Cada ato terrorista vem ampliado pelos meios de comunicação, que, desse modo, fazem o jogo do adversário. Vão tirar de Saddam as armas que o Ocidente lhe ofereceu e que, talvez, ainda lhe esteja fornecendo, mas o verdadeiro inimigo nem sequer precisa mais de armas e tecnologias próprias: usa as daquele que quer destruir.

A discussão sobre a paz referida no primeiro parágrafo do texto:

- A) apresenta a paz como algo bastante próximo da sociedade humana;
- B) indica ser a paz uma criação da mente humana, não uma realidade;
- C) refere-se à paz como um ideal a ser atingido pelo homem;
- D) mostra a paz como um bem teológico, mas não humano;
- E) demonstra que a paz não pode sequer ser imaginada pelo homem.

2. No texto há elementos chamados dêiticos, cujo significado é dado ao leitor pelo conhecimento da situação em que esse texto é produzido: assim, “perto

do final de dezembro” só tem seu significado claramente estabelecido se o leitor souber em que ano o texto foi produzido. O mesmo ocorre em:

- A) “Ao longo dos séculos, a finalidade da guerra tem sido a de derrotar o inimigo”;
- B) “...havia uma condição edênica, depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência”;
- C) “a luta é a regra do mundo, e a guerra é a geradora comum e senhora de todas as coisas”;
- D) “No início houve a guerra, e a evolução implica uma luta pela vida”;
- E) “...a Academia Universal das Culturas discutiu em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje”.

3. Considerando a frase adaptada do texto “A Academia discutiu em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje”; a forma de reescrevê-la que altera o seu sentido original é:

- A) foi discutido em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje;
- B) o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje foi discutido em Paris;
- C) a Academia discutiu, nos dias de hoje, como se pode imaginar a paz;
- D) a Academia discutiu em Paris de como pode ser imaginada a paz nos dias de hoje;
- E) como pode ser imaginada a paz nos dias de hoje foi o tema discutido em Paris pela Academia.

4. “Logo, a paz parece ainda não ser uma meta distante, mas um objeto desconhecido”; assinale a frase correta sobre os componentes desse segmento do primeiro parágrafo do texto:
- A) os termos “meta distante” e “objeto desconhecido” indicam características da paz que se somam;
 B) o emprego da forma verbal “parece” mostra um ponto de vista firmemente estabelecido pela Academia;
 C) o vocábulo “ainda” indica uma esperança do autor do texto a respeito da possibilidade da paz;
 D) o vocábulo “logo” introduz uma conclusão retirada das informações anteriormente fornecidas;
 E) a utilização do vocábulo “meta” indica que a discussão da Academia pretendia alcançar determinados objetivos.
5. O texto utiliza sinais gráficos para expressar o que deseja. A alternativa em que os sinais gráficos destacados estão adequadamente explicados é:
- A) grafia em itálico e entre aspas em “tranquillita ordinis” para marcar o emprego de estrangeirismo;
 B) emprego de aspas em “a luta é a regra do mundo, e a guerra é geradora de todas as coisas” para indicar que as palavras merecem atenção especial;
 C) uso de parênteses em “(mas também já houve paz soviética, paz otomana, paz chinesa)” para retificar uma informação dada anteriormente;
 D) emprego de parênteses em “se queres a paz (para ti), prepara a guerra (contra os outros)” para desfazer ambiguidades;
 E) emprego de aspas em “nossos” (quarto parágrafo) para indicar uma ironia.
6. “Somos todos vítimas de um mito original”. Nesse segmento do texto temos o que se chama de “silepse de pessoa”, marcada pelo seguinte traço:
- A) o vocábulo “vítimas” é empregado como masculina e não como feminina;
 B) a concordância da forma verbal (somos) não está de acordo com o sujeito (vítimas);
 C) a concordância nominal entre “todos” e “vítimas” não é gramaticalmente correta;
 D) a forma verbal “somos” deveria ser empregada no passado e não no presente;
 E) o autor se inclui entre as vítimas do mito original citado.
7. “Somos todos vítimas de um mito original: havia uma condição edênica, depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência”. Nesse segmento do texto há uma referência explícita:
- A) ao mito do paraíso bíblico;
 B) ao descobrimento do Brasil;
 C) à criação do homem;
 D) às guerras mitológicas entre deuses e homens;
 E) aos conflitos naturais entre o céu e a terra.
8. “Mas Heráclito nos preveniu de que ‘a luta é a regra do mundo, e a guerra é a geradora comum e senhora de todas as coisas’ “. O pensamento abaixo que repete a visão de Heráclito sobre a guerra é:
- A) “Em meio às armas, as leis calam”. (Cícero)
- B) “É sábio experimentar todos os caminhos antes de chegar às armas”. (Terêncio)
 C) “Uma vez declarada a guerra, é impossível deter os poetas. A rima ainda é o melhor tambor”. (Giraudoux)
 D) “Enquanto o homem for um animal, viverá por meio de luta e à custa dos outros, temerá e odiará o próximo – a vida, portanto, é guerra”. (H. Hesse)
 E) “Quanto mais fortes somos, menos provável é a guerra”. (Bismarck)
9. O segmento do texto que mostra o valor semântico do vocábulo sublinhado de forma correta é:
- A) “...não costuma mais chegar ao fim com uma situação de paz...” / comparação;
 B) “Isso deveria nos levar a uma conclusão cínica, porém, realista...” / retificação;
 C) “As grandes pazes que conhecemos na História, como a paz romana” / exemplificação ;
 D) “O inimigo está em nossa casa, mas agora os meios de comunicação não podem mais monitorá-lo...” / adição;
 E) “...mas também já houve paz soviética, paz otomana, paz chinesa...” / concessão.
10. “Entretanto, nas últimas décadas, a guerra se transformou em algo tão complexo, que não costuma mais chegar ao fim com uma situação de paz...”. A oração sublinhada tem valor de:
- A) consequência;
 B) causa;
 C) comparação;
 D) condição;
 E) modo.
11. “Isso deveria nos levar a uma conclusão cínica, porém realista: se queres a paz (para ti), prepara a guerra (contra os outros)”. Tal situação pode ser designada de:
- A) metafórica;
 B) paradoxal;
 C) sinestésica;
 D) metonímica;
 E) alegórica.
12. “...como se Mata Hari tivesse se transformado em diretora da televisão local”. Com essa referência a uma famosa espiã da Segunda Guerra Mundial, o autor quer dizer que os atuais meios de comunicação:
- A) atuam como informantes do inimigo;
 B) funcionam como espiões favoráveis a seus países;
 C) denunciam as crueldades da guerra moderna;
 D) informam o público sobre detalhes ocultos da guerra;
 E) demonstram a fragilidade das informações secretas.
13. “Dá para se fazer uma guerra nessas condições?” A marca da guerra moderna que mais acentuadamente provocou a reação do autor do texto, contida na frase destacada, é:
- A) “mostrar que eram assassinados apenas por engano”;
 B) “Os chamados do inimigo dentro de nossa própria casa”;
 C) “a prova visual insuportável da destruição”;
 D) “não se deveriam assassinar os inimigos”;

E) “parecia insustentável a idéia de que um dos nossos pudesse morrer”.

14. “Cada ato terrorista vem ampliado pelos meios de comunicação, que, desse modo, fazem o jogo do adversário”. Os meios de comunicação fazem o jogo do adversário porque:

- A) demonstram que a coragem leva ao triunfo de algumas idéias;
- B) elogiam a coragem e a dedicação dos praticantes de atos terroristas;
- C) condenam exageradamente os terroristas;
- D) mostram as fraquezas dos sistemas de defesa do país;
- E) propagam amplamente os atos terroristas praticados.

15. O texto tem as características básicas do modo de organização:

- A) narrativo;
- B) argumentativo;
- C) descritivo;
- D) expositivo;
- E) enunciativo.

16. O segmento do texto que mostra uma variante coloquial de linguagem é:

- A) “O inimigo está em nossa casa...”.
- B) “Dá para se fazer uma guerra nessas condições?” .
- C) “Isso nos deveria levar a uma conclusão cínica, porém realista...”.
- D) “Somos todos vítimas de um mito original...”.
- E) “...a finalidade da guerra tem sido a de derrotar o inimigo em seu próprio território”.

17. A distinção fundamental entre a guerra na atualidade e a guerra do passado é:

- A) a divulgação da morte de “nossos” soldados;
- B) a crueldade claramente divulgada pela mídia;
- C) a abundância do noticiário, que transforma a guerra em algo banal;
- D) a interferência da opinião pública nos destinos da guerra;
- E) a presença do inimigo em nosso território através dos meios de comunicação.

18. O segmento que mostra que o texto foi produzido já há algum tempo é:

- A) “Somos todos vítimas de um mito original...”.
- B) “...como se Mata Hari tivesse se transformado em diretora da televisão local”.
- C) “Vão tirar de Saddam as armas que o Ocidente lhe forneceu...”.
- D) “Hoje, depois das guerras do Golfo e de Kosovo...”.
- E) “As coisas ficaram ainda piores depois de 11 de setembro”.

19. A frase do texto que se encontra na voz passiva é:

- A) “...nem que seja apenas provisória”.
- B) “Somos todos vítimas de um mito original...”.
- C) “...foram resultados de uma conquista e uma pressão militar contínua...”.
- D) “...depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência”.
- E) “...expressando-se livremente em nossos meios de comunicação”.

20. Por tratar-se de um texto objetivo, são abundantes os encontros de substantivos + adjetivos objetivos. A alternativa que mostra um par de valor subjetivo é:

- A) conclusão cínica;
- B) objeto desconhecido;
- C) mito original;
- D) paz romana;
- E) frente interna.

Lei nº 8.112/1990

21. A Constituição da República Federativa do Brasil – a Constituição Cidadã, como a definiu o deputado Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987 e 1988) – resulta do anseio e das lutas sociais pela democratização do Estado, da Sociedade e das relações entre essas esferas públicas, após mais de 20 anos de ditadura militar. Um dos avanços que promoveu foi o estabelecimento de um Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Para o cumprimento dessa determinação, foi aprovada, em 1990, a Lei nº 8.112.

Considerado esse contexto, assinale qual dos dispositivos do RJU adiante relacionados expressa a ideia do exercício do controle social sobre a administração pública:

- A) se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado;
- B) o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos na Lei, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento;
- C) a gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária;
- D) os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão;
- E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

22. Consideradas as circunstâncias histórico-políticas da transição do regime ditatorial militar para o regime democrático, operada em meados dos anos 1980, podemos identificar no corpo do Regime Jurídico Único diversas marcas do “DNA” da Constituição de 1988; especialmente no que se refere ao propósito de democratizar as relações entre Estado e Sociedade. Assim é que nas Disposições Gerais do Capítulo I da Lei nº 8.112, nos termos do Artigo 5º, estão estabelecidos os seis requisitos básicos para investidura em cargo público.

Dentre as alternativas adiante, assinale aquela que menciona apenas os requisitos que têm relação direta com o conceito de cidadania. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- A) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- B) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;

- C) a nacionalidade brasileira; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;
- D) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- E) o gozo dos direitos políticos; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental.

23. Um indicador importante da democratização do acesso aos cargos públicos regulamentada no RJU diz respeito ao estabelecimento de um percentual das vagas oferecidas em concursos para provimento de cargos destinado às pessoas portadoras de deficiência, conforme consta do parágrafo 2º do Artigo 5º.

Assinale a alternativa que define corretamente essa norma de acesso.

- A) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso serão reservadas exclusivamente para os portadores de deficiência visual.
- B) Apenas às pessoas portadoras de deficiência motora é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de todos os cargos oferecidos; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- C) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- D) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de todos os cargos oferecidos; para tais pessoas serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- E) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

24. Ao refletir sobre a importância estratégica da gestão pública no Brasil, o ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, mencionou, em uma palestra, “duas sombras que por muito tempo têm dificultado o desenvolvimento das potencialidades do nosso país”. Uma delas refere-se à falta de tradição de políticas públicas sociais voltadas para os mais pobres. A outra sombra – disse ele – “diz respeito à burocracia, mas uma burocracia que paralisa, que se torna sinônimo de entrave, ineficiência e atraso e que aqui diz respeito principalmente a um perigoso processo de burocracia das almas, que conduz ao envelhecimento das práticas e à falta de motivação.”.

O Artigo 81 do RJU concede licença ao servidor em oito situações distintas. Assinale a alternativa que

contém apenas as situações estritamente relacionadas com a motivação profissional e com o desenvolvimento do servidor:

- A) por motivo de doença em pessoa da família; para tratar de interesses particulares; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- B) para capacitação; para desempenho de mandato classista; para atividade política;
- C) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para capacitação;
- D) para atividade política; para desempenho de mandato classista; para tratar de interesses particulares;
- E) para capacitação; para o serviço militar; por motivo de doença em pessoa da família.

25. As universidades e demais instituições de ensino e pesquisa mantidas pela União, se distinguem de quaisquer outros órgãos e estruturas do Estado, em razão das especificidades de sua missão social e da natureza especialíssima das atividades que desenvolvem. Por isso, está prevista no RJU, no caso dessas instituições, uma exceção quanto ao ingresso de estrangeiros nos quadros de cargos efetivos da administração pública federal; exceção essa incluída pela Lei nº 9.515, de 20.11.97.

A alternativa que define corretamente essa norma de acesso é:

- A) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, estaduais e municipais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei;
- B) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei;
- C) apenas as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica estaduais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei;
- D) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, desde que sejam originários de países integrantes do MERCOSUL;
- E) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, desde que eles comprovem residência no Brasil há mais de 10 anos.

26. Em seu Título IV, o RJU trata do *Regime Disciplinar* que regula as condutas dos servidores públicos. Na legislação e jurisprudência correlatas (pareceres, acórdãos, notas técnicas, de órgãos do controle externo, tribunais, ministérios) figura o detalhamento analítico dessas determinações. Desse modo, por exemplo, o Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) nº GQ-164, vinculante, assim define uma das condutas proibidas pelo RJU:

“Desídia (e). É falta culposa, e não dolosa, ligada à negligência: costuma caracterizar-se pela prática ou omissão de vários atos (comparecimento impontual,

ausências, produção imperfeita); excepcionalmente poderá estar configurada em um só ato culposo muito grave; (...) Quando a desídia é intencional, como na sabotagem, onde há a idéia preconcebida de causar prejuízos ao empregador, por esse aspecto doloso, ela se identifica com a improbidade. (...) (Mozart Victor Russomano - Comentários à CLT, 13ª ed, Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 561)."

A alternativa na qual consta o dispositivo do RJU a que se refere o Parecer da AGU citado é:

- A) ao servidor é proibido praticar usura sob qualquer de suas formas;
- B) é dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- C) ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- D) é dever do servidor ser leal às instituições a que servir;
- E) ao servidor é proibido proceder de forma desidiosa.

27. Em sua perspectiva *cidadã*, a Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 37, estabelece os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Determina, ainda, que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa em que NÃO figura dispositivo constante do Capítulo IV do RJU, que trata das "Responsabilidades" é:

- A) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria;
- B) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;
- C) por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres;
- D) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;
- E) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

28. Durante muitos anos, a legislação trabalhista brasileira, autoritariamente, não permitiu aos servidores públicos constituir ou participar de entidades sindicais. Na esteira da reordenação democrática consignada na Constituição, o RJU, em suas *Disposições Gerais*, reconhece esse direito à organização. Conforme disposto em seu artigo 240, "Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes: (...)".

A alternativa em que NÃO figura qualquer dos direitos decorrentes da associação sindical a que se refere o artigo 240 mencionado é:

- A) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;

- B) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;
- C) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- D) de receber prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;
- E) de participar de reuniões, congressos, encontros e demais eventos sindicais.

29. O Regime Disciplinar dos servidores é constituído de um conjunto de regras destinado a apurar a ocorrência de casos de irregularidades decorrentes de atos ou condutas administrativas. As questões disciplinares têm amplo destaque no RJU. A elas são dedicados dois Títulos (o *Do Regime Disciplinar – IV* e o *Do Processo Disciplinar – V*); oito Capítulos (*dos Deveres, das Proibições, da Acumulação, das Responsabilidades, das Penalidades, das Disposições Gerais, do Afastamento Preventivo, do Processo Disciplinar*); 66 artigos (do 116 ao 182), além de vasta legislação correlata (com dezenas de Leis, Decretos, Portarias, Enunciados, Instruções Normativas, Manifestações diversas de Órgãos de Controle Externo e de Tribunais Superiores).

A alternativa que se refere diretamente à revisão do processo, disciplinada na Seção III, do Capítulo III, do Título IV é:

- A) extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor;
- B) no processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente;
- C) verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo;
- D) quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade;
- E) as testemunhas serão inquiridas separadamente.

30. Em seu Título III, o RJU trata dos *Direitos e Vantagens* do servidor. No Capítulo I desse Título está definido o que é *vencimento* e o que é *remuneração*. O primeiro, nos termos do artigo 40, "é a *retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei*". A segunda, conforme estabelecido no artigo 41, "é o *vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei*".

Considerando essa conceituação, assinale a alternativa que relaciona corretamente as vantagens que, nos termos do artigo 49, poderão ser pagas ao servidor:

- A) bônus semestral por cumprimento do dever; adicional por assiduidade; indenizações;
- B) indenizações, comissões, gratificação junina;
- C) gratificações, adicional por assiduidade, indenizações;
- D) adicionais, gratificação junina; premiação pecuniária por zelo e dedicação;
- E) indenizações, gratificações, adicionais.

Questões específicas

31. Dado, informação e conhecimento são elementos fundamentais para a comunicação e a tomada de decisão nas organizações, mas seus significados não são tão evidentes. Eles formam um sistema hierárquico de difícil delimitação. O que é um dado para um indivíduo pode ser informação e/ou conhecimento para outro. Davenport corrobora esse ponto de vista colocando resistência em fazer essa distinção e a considera nitidamente imprecisa. Com isso podemos afirmar que o grande desafio dos tomadores de decisão:

- A) é o de minimizar e transformar as interferências individuais em dados e dados em informação, nesse processo de transformação do conhecimento;
- B) é o de transformar conhecimento em informação e informação em dados, minimizando as interferências individuais nesse processo de transformação;
- C) é o de transformar dados em informação e informação em conhecimento, minimizando as interferências individuais nesse processo de transformação;
- D) é o de transformar informação em dados e conhecimento em informação, minimizando as interferências individuais nesse processo de transformação;
- E) na transformação da informação e dos dados é interferir o mínimo nesse processo de conhecimento.

32. Avaliando os três cenários da evolução da administração geral [(i) Ênfase dada na tarefa pela Administração Científica (Taylor); (ii) Ênfase dada na estrutura organizacional (Fayol) e (iii) O Novo Cenário em que as preocupações com as máquinas e métodos ganham uma abordagem humanística, deslocando-se para as pessoas e grupos sociais], constata-se que os aspectos psicológicos e sociológicos substituem os técnicos e formais. Podemos, então, afirmar que essa evolução inicia-se:

- A) com a divisão do trabalho, modelo sob o qual o trabalhador deveria ter ganhos materiais, produzir com maior eficiência e receber mais estímulos. Também – imaginava-se –, poder-se-ia atenuar a dicotomia entre interesses diferentes de patrões e empregados;
- B) baseada em convicções sobre comportamento que destacam o lado indolente e preguiçoso da natureza do homem, sua ambição, autocontrole e autodisciplina;
- C) com as críticas à desumanização do trabalho, que se baseava na aplicação de métodos rigorosos, precisos, científicos, mediante os quais o trabalhador se “encaixava” como uma peça nas estruturas e processos de gestão;
- D) com a definição do tempo padrão, dos incentivos, dos sistemas de tarefas e do controle do processo de produção. Essa integração pressupunha a eficácia que não existia nos cenários anteriores;
- E) com a concepção de que a Administração está presente em todas as organizações humanas; bem como apoia-se na idéia de que empresas devem ser divididas de acordo com as denominadas 5 funções.

33. Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos, a fim de alcançar objetivos. A palavra administração vem do latim: Ad (direção, tendência para) e Minister (subordinação ou obediência). Significa a pessoa que exerce uma função abaixo do comando de outra pessoa. A tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em

ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização. Considerando essa definição, a tarefa básica da administração é:

- A) a de fazer as coisas, por meio das pessoas, de maneira eficiente e eficaz. A eficácia corresponde à medida do quanto uma organização é capaz de realizar seus objetivos; e a eficiência, corresponde à medida do quanto uma organização usa corretamente seus recursos;
- B) a de planejar as coisas, de tal modo que os administradores pensam antecipadamente em seus objetivos e ações, sem necessariamente fazer uso de um método, ou plano, que, eventualmente, atrase a realização dos objetivos da organização;
- C) organizar e alocar o trabalho, a autoridade e os recursos dos membros da organização, especialmente as pessoas, para investigar as atividades que conduzirão aos objetivos coletivos;
- D) controlar, canalizar os objetivos e identificar a necessidade de avaliações; estabelecendo padrões de desenvolvimento e o desenvolvimento de competências para atingir os seus objetivos;
- E) cuidar da empresa ou da área funcional da empresa de sua competência, bem como cuidar dos processos para assegurar benefícios que conduzam a resultados organizacionais pretendidos.

34. No âmbito dos estudos sobre Administração Pública, os principais modelos são o modelo burocrático, o modelo gerencial (Administração Pública Gerencial + Governo Empreendedor) e o da Governança Pública. Analisando os conceitos envolvidos, notamos que o principal elemento comum desses modelos é a preocupação com a função controle. Ao comparar esses modelos organizacionais, podemos afirmar que:

- A) uma clara distinção entre os três modelos refere-se ao tipo de relacionamento entre os ambientes internos e externos à organização pública, que é um ponto em comum entre os modelos gerenciais e o modelo de Governança Pública. Esses modelos não diferem da burocracia nesse aspecto, em relação às políticas públicas e ao princípio de governo gastador;
- B) uma clara distinção entre os três modelos refere-se a como é considerado o cidadão. No modelo burocrático, o cidadão é considerado usuário dos serviços públicos. Na retórica dos modelos gerenciais, os cidadãos são encarados como clientes. No de Governança Pública, os cidadãos e outras organizações são percebidos como parceiros;
- C) uma clara distinção entre os três modelos refere-se à forma como tratam questões de centralização e liberdade de decisão dos gestores. Os modelos gerenciais têm uma percepção menos positiva dos funcionários públicos, e, como resultado, os mecanismos de controle são desenhados para a avaliação de consequências, ao invés de controle de processos;
- D) uma clara distinção entre os três modelos é que o modelo Burocrático e os modelos gerenciais compartilham a manutenção da distinção entre política e administração pública, que é suavizada quando evoca a centralização do poder de decisão. Com base em valores pluralistas,

a abordagem da Governança Pública apresenta descontinuidade e superação entre as esferas pública e privada;

- E) uma clara distinção entre os três modelos é que as teorias do desenvolvimento tratam a governança como um conjunto adequado de práticas. Analisando os seus efeitos negativos sobre as organizações e outras esferas da vida, a impessoalidade levada ao pé da letra pode levar a organização a não dar atenção a peculiaridades das necessidades públicas.

35. Ser um bom administrador atualmente é saber harmonizar os interesses dos acionistas, clientes e empregados com muita velocidade, agilidade, persistência e flexibilidade, valendo-se do bom senso, do trabalho em equipe e sempre concentrado em seu negócio. Também, ou se muda ou se fica para trás. As empresas, cada vez mais, terão seu valor de mercado medido pela sua capacidade de respostas rápidas à evolução das condições que afetam seus negócios. Em resumo, o grande desafio da gestão empresarial para o século XXI será:

- A) melhorar o negócio, recorrer ao conhecimento e à informação, para delegar funções e manter o nível de satisfação dos colaboradores, fornecedores e dos clientes;
- B) abordar o conhecimento, a contrainformação e o desenho organizacional, para elevar o nível de satisfação das populações, fornecedores e a qualidade dos serviços essenciais;
- C) elaborar o planejamento, obter a informação crucial e avaliar o desempenho, para elevar o nível de resultados dos colaboradores internos e externos;
- D) ampliar os níveis de conhecimento, de informação e de desempenho, para elevar a satisfação das necessidades comuns aos colaboradores, fornecedores e clientes;
- E) melhorar o conhecimento, a informação e o desempenho, para elevar o nível de satisfação dos colaboradores, fornecedores e dos clientes.

36. As perspectivas futuras da administração, em função das mudanças que ocorrem no mundo e da evolução tecnológica nos meios de produção e de comunicação, estão pressionando as organizações a recorrerem a soluções emergentes. Algumas características desse movimento são: mudanças rápidas e inesperadas no mundo dos negócios; crescimento e expansão das organizações; atividades que exigem pessoas de competências diversas e especializadas. Em função disso, os impactos futuros prováveis sobre as organizações serão: crescimento das organizações; concorrência mais aguda; sofisticação da tecnologia; taxas mais altas de inflação; globalização da economia e internacionalização dos negócios. Dentre as tentativas de modelos de gestão listadas abaixo, aplicadas nas empresas para reagir às pressões no mundo contemporâneo, assinale a alternativa correta:

- A) *Benchmarking*, caracterizado por avaliar pontos fortes e fracos da organização; localizar e conhecer os principais fornecedores líderes no mercado; fazer acordos de cooperação e desenvolvimento da organização; antecipar o melhor de si, adotando práticas para eliminar os pontos fortes dos concorrentes;
- B) reengenharia, caracterizada por departamentos para equipes de processos concentradas no fornecedor; *downsizing*: achatamento e enxugamento; subordinação para foco no fornecedor; gerentes impulsionadores para líderes controladores; gerentes com habilidades pessoais para atividades técnicas;

- C) melhoria contínua ou *Kaizem*, caracterizado por promover o aprimoramento contínuo; enfatizar o cliente; reconhecer o problema abertamente; promover a discussão aberta e franca; gerenciar projetos por intermédio de equipes multifuncionais; treinar intensivamente e capacitar todas as pessoas;
- D) Equipes de Alto Desempenho, caracterizadas por participação nos lucros; responsabilidade pelos erros; clareza nos comandos; interação e interpolação; flexibilidade e alongamento de metas; foco nos fornecedores; criatividade na diversificação dos problemas; velocidade na execução das tarefas;
- E) gestão de Projetos, caracterizada por projetos limitados por fornecedores escassos; projetos planejados, executados e terminados; projetos concluídos quando as metas estiverem ao alcance dos executivos; projetos que atendem ou exercem influência nas expectativas dos *stakeholders*.

37. Os ativos intangíveis, conhecidos também como capital intelectual, estão disseminados por todas as organizações. Além das competências das pessoas, deve-se considerar as suas redes de relacionamentos. As consequências são a transformação da Gestão. A natureza do trabalho do gerente está se modificando com a ascensão do trabalhador do conhecimento. Esse tipo de trabalho não pode ter sua gestão fundamentada em números, como o trabalho do tipo mão-de-obra. Ao contrário, a atividade desse trabalhador tem semelhanças com a do profissional liberal, sua avaliação é pelo resultado alcançado e não pela atividade realizada. Nesse contexto, podemos afirmar que:

- A) atualmente, as organizações precisam conservar o ambiente e os conhecimentos essenciais concentrados nos profissionais mais experientes. Precisam obter maior valor agregado nos produtos gerados pelo problema organizacional. Precisam identificar e divulgar seus conhecimentos essenciais e estratégicos. E, principalmente, precisam valorizar seus profissionais;
- B) na economia da era industrial, a máquina trabalhava para o Ser Humano. No entanto, as partes mais valiosas das atividades que exercemos na era do conhecimento são, essencialmente, computacionais – processar, julgar, conectar, desenvolver relacionamentos. As ferramentas e o produto de seu trabalho, o trabalhador do conhecimento leva consigo: o seu computador portátil; a principal vantagem de uma organização, nos dias de hoje, está na capacidade de criar, adquirir e transferir aprendizagem. Ou seja, ter as capacidades de solução sistemática de abordagens; manutenção de experiências; aprendizagem por meio de sua própria organização e parceiros; aprendizagem por meio da história e da prática dos outros; e transferência rápida do produto;
- C) a principal vantagem de uma organização, nos dias de hoje, está na capacidade de criar, adquirir e transferir aprendizagem. Ou seja, ter as capacidades de solução sistemática de abordagens; manutenção de experiências; aprendizagem por meio de sua própria organização e parceiros; aprendizagem por meio da história e da prática dos outros; e transferência rápida do produto;
- D) a gestão do tipo comando e controle está se tornando desnecessária. Saber mais do que os chefes, ter mais sensibilidade e estar mais próximo dos clientes são características comuns aos administradores das organizações do conhecimento. Os gerentes

vêm se agrupando em torno de uma linguagem que engloba termos tais como: valores, visão, trabalho em equipe, facilitador e *empowerment*;

- E) atualmente, a concepção das 5 Disciplinas é adequada em organizações que estejam atuando em ambientes competitivos ou vivenciando novas realidades institucionais. Características dessas disciplinas são: esclarecer e aprofundar nossa visão interpessoal e conservar nossas energias; compartilhar imagens de futuro; dialogar com os companheiros de trabalho e pensar nos outros.

38. Ao se investigar as correntes do pensamento estratégico, com relação ao conteúdo da estratégia, ou seja, quanto a sua fórmula, quanto ao processo estratégico, aparecem escolas tais como a Escola Empreendedora, a Escola do Aprendizado, a Escola da Configuração, entre outras. Assinale a alternativa com a definição correta:

- A) Escola do Aprendizado: a estratégia como um processo interno. Origina-se em toda a organização através de seus clientes individualmente ou coletivamente; a estratégia é “apreendida” no longo prazo. A ideia é que as estratégias definem as pessoas, de acordo com a situação;
- B) Escola Empreendedora: a estratégia como um processo visionário. Baseia o processo estratégico nos mistérios da intuição, é feita formulação da estratégia através de visões vagas ou perspectivas amplas, as quais são vistas por meio de metáforas;
- C) Escola da Configuração: a estratégia como um processo de formação. Nessa linha de estudo, as organizações são percebidas como entidades, ou grupos concorrentes de caráter endógeno. A fim de transformar uma organização, ela teria de saltar de uma formação para outra, e nesse instante ocorreria uma estratégia de mudança;
- D) Escola Empreendedora: a estratégia como um processo missionário. O processo estratégico ocorre através de visões precisas ou perspectivas exatas, as quais são vistas por meio de antíteses. De fato, planejar ou raciocinar estrategicamente é fazer planos, e o plano nada mais é que a intenção de conquistar objetivos;
- E) Escola do Aprendizado: a estratégia como um processo emergente. Se origina no topo da organização, através de seus membros mais experientes; a estratégia é desenvolvida ao longo da cadeia hierárquica. A ideia é que as estratégias emergem quando as pessoas, pensando na empresa, aprendem a respeito de uma situação.

39. É crescente o interesse das empresas pelo tema responsabilidade social corporativa (RSC), ou responsabilidade social empresarial (RSE). Nesse movimento, as organizações se propõem a assumir uma postura socialmente responsável em relação às injustiças sociais e à degradação da natureza. No universo corporativo, as organizações têm se preocupado em resgatar valores éticos e em desenvolver ações voltadas para questões sociais. A mídia de negócios, os dirigentes de grandes empresas, estudos acadêmicos têm focado a importância da ética empresarial e da responsabilidade social como fatores competitivos para as empresas. Atualmente, as práticas de responsabilidade social são vistas como fundamentais para a vida das organizações. Com relação à ética e responsabilidade social corporativa é correto afirmar que:

- A) a responsabilidade social é dissociada da estratégia empresarial para aumentar seu lucro e potencializar seu desenvolvimento;
- B) a responsabilidade social é uma preocupação que tem se tornado estratégica e um fator de sobrevivência no mundo corporativo;
- C) a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com o mercado em que atua;
- D) a responsabilidade social pode ser definida como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente corporativo;
- E) a responsabilidade social em empresas bem-sucedidas no mercado é função do número de trabalhadores que emprega.

40. A Lei Orçamentária Anual (Elaborada ‘anualmente’ pelo poder Executivo em atendimento à Constituição Federal e à Lei Federal 4.320/64, que estabelece as normas gerais para elaboração, execução e controle orçamentário) é elaborada para possibilitar a concretização das situações previstas no Plano Plurianual. Obedece a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecendo a programação das ações a serem executadas para alcançar os objetivos determinados, cujo cumprimento se dará durante o exercício financeiro. Do mesmo modo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é instrumento constitucional de planejamento operacional; também por determinação constitucional, o Governo é obrigado a encaminhar um Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano (4 meses antes do encerramento do exercício legislativo). Acompanha o projeto, uma mensagem do Presidente da República, na qual é feito um diagnóstico sobre a situação econômica do país e suas perspectivas.

A Constituição determina que:

- A) o Presidente da República determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada projeto. Depois de aprovado, na legislatura, é sancionado e publicado, transformando-se na Lei Orçamentária Anual;
- B) o Orçamento deve ser vetado e aprovado até o final de cada ano. Depois de aprovado, o projeto é selecionado e aplicado pelo Presidente da República, transformando-se no Plano Plurianual;
- C) a Lei Orçamentária Anual deve ser votada e analisada até o final de cada ano. Depois de analisado, o projeto é selecionado e publicado pelo Presidente da República, transformando-se no Orçamento;
- D) o Presidente da República deve ser consultado para votar e aprovar o Orçamento até o final de cada legislatura. Depois de aprovado, o projeto é sancionado e publicado na forma de lei, transformando-se no Orçamento Anual;
- E) o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada legislatura. Depois de aprovado, o projeto é sancionado e publicado pelo Presidente da República, transformando-se na Lei Orçamentária Anual.

41. O regime misto é consagrado em nossa legislação que trata de Direito Financeiro pelo art. 35 da Lei nº 4.320/64, que dispõe:

“Art. 35 – Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas; e

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

Pela compreensão do conteúdo, pode-se concluir que é adotado o regime de:

- A) caixa na contabilização da receita orçamentária e o regime de competência na contabilização da despesa orçamentária, caracterizando o denominado "regime misto". Na realidade, é melhor caracterizar o regime da receita como regime orçamentário de caixa (arrecadação), e o da despesa como regime orçamentário de competência (empenho);
- B) caixa na contabilização da despesa orçamentária e o regime de competência na contabilização da receita orçamentária, caracterizando o denominado "regime misto". Fica caracterizado o regime da receita como regime orçamentário de competência (arrecadação), e o da despesa como regime orçamentário de caixa (empenho);
- C) competência na contabilização da receita fiscal e o regime de caixa na contabilização da despesa financeira, caracterizando o denominado "regime misto". Fica melhor caracterizar o regime da receita como regime orçamentário de competência (arrecadação), e o da despesa como regime orçamentário de caixa (empenho);
- D) caixa na contabilização da receita financeira e o regime de competência na contabilização da despesa fiscal, caracterizando o denominado "regime misto". Fica melhor caracterizar o regime da receita como regime financeiro de caixa (empenho), e o da despesa como regime fiscal de competência (arrecadação);
- E) caixa na contabilização da despesa orçamentária e o regime de competência na contabilização da receita orçamentária, caracterizando o denominado "regime misto". Na realidade, é melhor caracterizar o regime da receita como regime orçamentário de caixa (empenho), e o da despesa como regime orçamentário de competência (arrecadação).

42. No Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que trata da PRESTAÇÃO DE CONTAS, o artigo 66 estabelece que "Quem quer que receba recursos da União ou das entidades a ela vinculadas, direta ou indiretamente, inclusive mediante acordo, ajuste ou convênio, para realizar pesquisas, desenvolver projetos, estudos, campanhas e obras sociais ou para qualquer outro fim, deverá comprovar o seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados (Decreto-lei nº 200/67, art. 93)."

No parágrafo primeiro do artigo 66 está estabelecido que:

- A) a prestação de contas de aplicação de subvenção social ou auxílio será apresentada à unidade concedente dentro de 60 dias após a aplicação, não podendo exceder ao último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do recebimento, e será constituída de relatório de atividades e demonstração contábil das origens e aplicações de recursos, referentes ao ano do recebimento, visados por autoridade pública local, observados os modelos aprovados pelo órgão Central do Sistema de Controle Interno;
- B) a atuação da entidade no cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à prestação de contas, será anotada no respectivo registro cadastral mantido pelo órgão setorial de controle interno;
- C) a documentação comprobatória da aplicação da subvenção ou auxílio ficará arquivada na entidade beneficiada, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, durante o prazo de 5 (cinco) anos da aprovação da prestação de contas;

- D) a prestação de contas de subvenção de aplicação social ou auxílio e benefício será apresentada à unidade concedente dentro de 30 dias após a aplicação, podendo exceder ao último dia útil do mês de março do ano do recebimento, e será constituída de relatório de atividades e demonstração financeira das origens e aplicações de recursos, referentes ao ano do pagamento, vistoriados por autoridade pública no local, observados os modelos aprovados pelo Tribunal de Contas da União;
- E) a prestação de contas de aplicação de subvenção social ou auxílio será apresentada à unidade concedente dentro de 90 dias após a aplicação, podendo exceder ao último dia útil do mês de janeiro do ano do recebimento, e será constituída de relatório de atividades e demonstração contábil das origens e aplicações de recursos, referentes ao prazo do recebimento, visados por autoridade pública regional, observados e aprovados pelo órgão Central do Sistema de Controle Interno.

43. A LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964, no seu Capítulo III, que trata da Despesa, define nos termos do artigo 58, que "O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente 'ou não' de implemento de condição." O artigo 26, do Decreto nº 93.872/86 estabelece que "O empenho não poderá exceder o saldo disponível de dotação orçamentária, nem o cronograma de pagamento o limite de saques fixado, evidenciados pela contabilidade, cujos registros serão acessíveis às respectivas unidades gestoras em tempo oportuno.". No parágrafo único desse artigo está definido que:

- A) para cada empenho será extraído um documento denominado Nota de Empenho que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária;
- B) exclusivamente para efeito de controle da obrigação fiscal, a unidade prestadora deverá, no prazo do vencimento da obrigação de pagamento objeto do empenho, ter em vista que o prazo fixado para o fornecimento de bens, execução da obra ou prestação do serviço, é o normalmente utilizado para liquidação da despesa;
- C) exclusivamente para efeito de controle da programação orçamentária, a unidade gestora deverá estipular o prazo do vencimento da obrigação de recebimento do objeto do empenho, tendo em vista o atraso fixado para o fornecimento de bens, execução da obra ou prestação do serviço, e o utilizado para definição da despesa;
- D) admitir-se-á que o montante da despesa seja imputado à dotação correspondente a serviço, desde que o custo deste seja predominante, quando o serviço compreender emprego de material a ser fornecido pelo próprio executante;
- E) exclusivamente para efeito de controle da programação financeira, a unidade gestora deverá estimar o prazo do vencimento da obrigação de pagamento objeto do empenho, tendo em vista o prazo fixado para o fornecimento de bens, execução da obra ou prestação do serviço, e o normalmente utilizado para liquidação da despesa.

44. As empresas estão em busca de maior produtividade, qualidade total, satisfação do cliente, o que requer novos e criativos meios para utilizar os grupos e equipes de pessoas como a base fundamental para a melhoria do

desempenho. Em dezembro de 2011, a revista Fortune publicou o artigo "Porque o mundo continua precisando de chefes", no qual o autor pondera que um chefe tirano não é um líder eficiente em um ambiente organizacional, mas que, em determinadas situações, os gestores precisam utilizar sua autoridade formal. Com todas as mudanças organizacionais que estão ocorrendo na maioria das empresas, seja por programas de qualidade total, desenvolvimento organizacional, reengenharia, downsizing e coisas do gênero; o certo é que está havendo uma forte tendência para o fortalecimento de grupos e de equipes de trabalho em detrimento do antigo enfoque formal, departamental ou divisional que existia nas empresas. O novo ambiente de trabalho procura privilegiar a liberdade de interação entre as equipes de trabalho. As lideranças se sobressaem naturalmente, descortinando os benefícios oriundos de um pensar criativo, bem como as mudanças e adaptações necessárias à conquista do desempenho almejado. Pode-se encontrar lideranças que adotem um estilo liberal, um estilo democrático ou um estilo autocrático. Em qualquer caso, entretanto liderança será o processo de influenciar pessoas no sentido de que ajam a favor dos objetivos da organização.

Considerando a liderança em ambiente organizacional, é CORRETO afirmar que:

- A) ao adotar um estilo democrático de liderança, o líder permite que o trabalho seja organizado livremente, orientando as tarefas de acordo com sua perspectiva;
- B) ao adotar um estilo liberal de liderança, o líder deve fixar as metas e discutir os objetivos com sua equipe;
- C) ao adotar um estilo autocrático de liderança, o líder dá *feedback* e orientação aos membros de sua equipe;
- D) ao adotar um estilo liberal de liderança, o líder permite que o trabalho seja organizado livremente, mas acaba por não definir claramente as metas a serem alcançadas;
- E) independentemente do estilo de liderança adotado, deve-se permitir que cada membro da equipe tenha plena autonomia para a tomada de decisão.

45. A seleção de pessoas funciona como uma espécie de filtro que permite que apenas algumas delas possam ingressar na organização: aquelas que apresentam características desejadas pela organização. O recrutamento não é uma atividade que possa ser isolada da estratégia da empresa. Como os negócios mudam e surgem novas funções a cada dia, torna-se imprescindível contar com pessoas flexíveis, capazes de se adaptar a essas mudanças constantes. O recrutamento interno atua sobre os candidatos que estão trabalhando dentro da organização, para promovê-los ou transferi-los para outras atividades mais complexas ou mais motivadoras. O recrutamento externo atua sobre candidatos que estão fora da organização, para submetê-los ao seu processo de seleção de pessoal. Um privilegia os atuais funcionários para oferecer-lhes oportunidades melhores dentro da organização, enquanto o outro busca candidatos externos para trazerem experiências e habilidades não existentes atualmente na organização. A avaliação dos resultados é importante para aferir se o recrutamento está realmente cumprindo a sua função e a que custo. Além disso, é preciso acompanhar e avaliar o desempenho dos escolhidos, a fim de garantir o alinhamento com as estratégias da organização.

Assim ao avaliar a estratégia de recrutamento e seleção

a ser adotada, o Profissional de Recursos Humanos deve considerar que:

- A) o recrutamento interno conta com candidatos já conhecidos pela organização, que já tiveram seu desempenho avaliado, mas pode acabar bloqueando a entrada de novas ideias, experiências e expectativas;
- B) o recrutamento interno funciona como um sistema fechado de reciclagem contínua, diminuindo a probabilidade de uma seleção melhor para empresa, pois não inclui novos candidatos, apenas os candidatos já bem conhecidos;
- C) o recrutamento externo requer a aplicação de técnicas seletivas para escolha dos candidatos, o que minimiza os custos operacionais, além de exigir esquemas de socialização organizacional para os novos funcionários;
- D) o recrutamento externo afeta positivamente a motivação dos atuais funcionários da organização, que se sentem encorajados a demonstrar todo o seu potencial de crescimento;
- E) o recrutamento externo propicia a oferta de emprego ao mercado, cujos candidatos podem disputá-las livremente, sendo ideal em situações de estabilidade e pouca mudança ambiental.

46. O Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, que, em seu capítulo V, trata da Segurança e da Medicina do Trabalho. O inciso III, dispõe sobre os órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas. O artigo 163 trata da obrigatoriedade da constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obra nelas especificadas. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977). Já o artigo 164 trata estabelece que cada CIPA seja composta de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo 163. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977).

Considerando tal composição de cada CIPA, é correto afirmar que:

- A) o mandato dos membros da CIPA terá a duração de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977);
- B) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão indicados pelo empregador, independentemente de filiação sindical, escolhidos exclusivamente dentre os empregados interessados (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977);
- C) os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão por eles designados (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977);
- D) o membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da CIPA não poderá ser reeleger (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977);
- E) o empregador designará dentre os seus representantes o Presidente da CIPA e o seu Vice-Presidente (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977).

47. O planejamento estratégico de Recursos Humanos (RH) pode ser formulado e desenhado após o planejamento estratégico da empresa, de forma integrada ou isolada.

Quando o planejamento estratégico de RH é feito após a elaboração do planejamento estratégico da empresa e procura adaptar-se a ele, no sentido de contribuir para sua implementação, ele recebe o nome de planejamento adaptativo de RH. Na outra ponta, quando o planejamento estratégico de RH é feito isoladamente pelos especialistas da área, sem nenhuma preocupação ou articulação com o planejamento introvertido e auto-orientado para a função de RH, ele recebe o nome de planejamento autônomo de RH. Ambos – planejamento adaptativo e planejamento autônomo – não funcionam bem pelo fato de não estarem perfeitamente integrados no plano maior. O ideal é o planejamento estratégico de RH integrado ao planejamento estratégico da organização. Para alcançar todo o seu potencial de realizações, a organização precisa ter pessoas adequadas e disponíveis para o trabalho a ser realizado. Na prática, isso significa que todos os gerentes devem estar seguros de que os cargos sob sua responsabilidade estão ocupados por pessoas capazes de desempenhá-los adequadamente. Isso requer um cuidadoso planejamento estratégico de RH.

Considerando os fatores que contribuem para o aumento da importância estratégica do Planejamento de RH, é correto afirmar que:

- A) o Planejamento otimizador é voltado para a adaptabilidade ao futuro da organização. Permite identificar e sanar deficiências e problemas internos, preocupando-se com a melhoria das práticas vigentes na organização;
- B) a competitividade é sinônimo de recursos tecnológicos, processos racionais de trabalho, uma adequada estrutura organizacional, produtos e serviços excelentes e clientes satisfeitos. Essas são as ferramentas para desafiar e vencer a concorrência;
- C) o planejamento estratégico de RH permite identificar imediatamente a força de trabalho e os talentos humanos para a realização da ação organizacional. A empresa consegue minimizar custos com previsões desnecessárias;
- D) o Planejamento prospectivo é voltado para as contingências e para o presente da organização. Permite compatibilizar os diferentes interesses envolvidos, buscando ajustar-se às novas demandas ambientais;
- E) a fragilidade das organizações está na qualidade das pessoas que nelas trabalham. São elas que proporcionam produtividade, qualidade e competitividade para as organizações.

48. A Administração de Materiais moderna é conceituada e estudada como um Sistema Integrado em que diversos subsistemas próprios interagem para constituir um todo organizado. Destina-se a dotar a administração dos meios necessários ao suprimento de materiais imprescindíveis ao funcionamento da organização, no tempo oportuno, na quantidade necessária, na qualidade requerida e pelo menor custo. A Administração de Materiais reúne todas as atividades que movimentam bens para o abastecimento da empresa, incluindo o movimento de retorno de eventuais materiais aos fornecedores, no caso de serem não satisfatórios à organização.

Considerando-se essa visão, é correto afirmar que a distribuição de uma empresa deve ser:

- A) função dos custos da outra;
- B) dependente da distribuição da outra;
- C) garantia de estoques elevados na outra;
- D) considerada o suprimento da outra;
- E) garantia da qualidade da outra.

49. Logística pode ser definida como a junção de quatro atividades básicas: as de aquisição, movimentação, armazenagem e entrega de produtos. Trata de todas as atividades de movimentação e armazenagem, que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria prima até o ponto de consumo final, assim como dos fluxos de informações que colocam os produtos em movimento, com o propósito de providenciar níveis de serviço adequados aos clientes a um custo razoável. Com o mundo globalizado, torna-se cada vez mais necessário que as organizações se planejem de forma estratégica, a fim de se manterem competitivas.

Com essa perspectiva as empresas devem:

- A) tratar a logística com a rigidez que lhe é devida, gerenciando-a como um conjunto de componentes capaz de trabalhar de forma coordenada e autônoma, desde a aquisição de materiais até a entrega;
- B) buscar maiores lucros e conquistar novos mercados, que garantam a sua sobrevivência em um mundo globalizado, usando a logística para garantir a qualidade na aquisição de matérias primas e o atendimento das necessidades do consumidor;
- C) garantir a satisfação de todas as pessoas ligadas ao trabalho de logística, independentemente da especialidade. Os funcionários devem ter conhecimento básico da importância que a sua tarefa tem para o bom desempenho do processo no contexto geral;
- D) enfrentar o desafio de garantir a qualidade necessária aos serviços e produtos, voltando todos os esforços para atender o nível de exigência dos consumidores, de forma a manter a fatia de mercado conquistada;
- E) utilizar ferramentas na área de logística como softwares destinados à gestão empresarial, denominados sistemas ERP (Enterprise Resource Planning), para mostrar a seus concorrentes sua disposição de manter sua fatia de mercado.

50. A Gestão de Demanda envolve a administração de pedidos e da previsão de vendas, englobando a interface da organização com seu mercado consumidor (cadastramento de pedidos, a previsão de vendas, previsão de entrega, o serviço ao cliente e a distribuição física). Previsão de vendas é uma estimativa sobre a informação (antecipada) da demanda dos clientes. Pode ter origem no cliente, ou ser gerada pela própria empresa. Toda previsão contém uma variação (margem de erro). É necessário entender as causas dessa variação.

A previsão de vendas nas empresas é imprescindível quando:

- A) o tempo de atendimento ao cliente é mais longo que o tempo para comprar e produzir;
- B) deseja-se evitar perdas de vendas e satisfazer demanda futura em um mercado em crescimento;
- C) o cliente aceita que o processo de comprar, produzir e despachar seja concluído para ter a mercadoria;

- D) a empresa pode aumentar ou reduzir a capacidade produtiva muito rapidamente, sem os custos adicionais;
 E) o proprietário (ou acionista) não exige nenhum tipo de planejamento financeiro de médio prazo.

51. Considerando a classificação dos materiais com relação à demanda, podemos identificar:

- I - Itens de demanda regular ou constante;
 II - Itens de demanda irregular;
 III - Itens com demanda sazonal;
 IV - Itens com demanda em declínio;
 V - Itens com demanda variada.

O grupo I é composto por itens que possuem pequenas variações de demanda entre sucessivos intervalos de tempo. Já o grupo II inclui os itens caracterizados por consumo aleatório, por meio de grandes variações entre sucessivos intervalos de tempo. O terceiro grupo é composto por itens que possuem um padrão repetitivo de demanda, que apresenta alguns períodos de considerável elevação em determinadas datas. O grupo IV é composto de itens caracterizados pela redução ou extinção da demanda e substituição do produto. Finalmente, no grupo V são encontrados os itens que têm a sua demanda associada a outro(s) item(ns) ou a demanda do produto acabado.

Ao identificar produtos pertencentes a cada um desses grupos, é correto afirmar que:

- A) máquina de escrever, disquete, peças de impressora, fita veda rosca são itens do grupo I;
 B) creme dental, sabão em pó, lâmpada, gasolina são itens do grupo V;
 C) sorvete, panetone e medicamentos que sofrem influências das condições climáticas são itens do grupo III;
 D) cervejas, refrigerantes e cosméticos são itens do grupo II;
 E) long play (LP), sal, cimento são itens do grupo IV.

52. Em seu Título II, a Constituição de 1988 define os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Nos 78 incisos de seu Art. 5º, estão estabelecidos “direitos e deveres individuais e coletivos”, que devem regular a vida social e impedir abusos autoritários, como os que marcaram, ao longo da história, a jovem democracia brasileira. Assim é que, para os que testemunharam ou sofreram os anos de arbítrio do período ditatorial instaurado pelo golpe militar de 1964, o caput do Art. 5º tem o valor de uma conquista essencial para o aperfeiçoamento democrático do Estado e da Sociedade:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)”

Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que NÃO menciona quaisquer desses direitos e deveres.

- A) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer;
 B) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

- C) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

- D) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

- E) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

53. Como se sabe, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ao instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, referente aos princípios básicos que devem ser obedecidos pela Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assim, além de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a Lei nº 8.666 – conforme redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010 – determina em seu artigo 3º que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com princípios básicos. Assinale, adiante, a alternativa que indica corretamente esses princípios básicos:

- A) da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
 B) da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da liberdade, da fraternidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
 C) da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da desvinculação vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento subjetivo e dos que lhes são correlatos;
 D) da propriedade, da pessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
 E) da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da propriedade administrativa, da vinculação ao instrumento classificatório, do julgamento objetivo, excluídos os que lhes são correlatos.

54. O Regime Disciplinar dos servidores é constituído de um conjunto de regras destinado a apurar a ocorrência de casos de irregularidades decorrentes de atos ou condutas administrativas. As questões disciplinares têm amplo destaque, por exemplo, no Regime Jurídico Único dos servidores federais (o RJU), instituído, em 1990, pela Lei nº 8.112, em cumprimento do determinado pela Constituição de 1988. A elas são dedicados dois Títulos; oito Capítulos; 66 artigos (do 116 ao 182), além de vasta legislação correlata, constituída de dezenas de Leis, Decretos, Portarias, Enunciados, Instruções Normativas, Manifestações diversas de Órgãos de Controle Externo e de Tribunais Superiores. Um desses instrumentos complementares é a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Em obediência à perspectiva cidadã e democrática da Constituição, essa

Lei estabelece em seus artigos 3º e 4º, respectivamente, os direitos e os deveres dos servidores no que se refere aos atos e etapas do Processo Administrativo.

As alternativas adiante apresentam alguns desses direitos e deveres, nessa ordem. Assinale aquela que os menciona INCORRETAMENTE:

- A) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei; prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos;
- B) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas; não agir de modo temerário;
- C) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- D) ter vista dos autos de qualquer processo administrativo em que tenha interesse, obter cópias dos documentos neles contidos, exceto daqueles não sigilosos; agir de modo temerário;
- E) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações; expor os fatos conforme a verdade.

55. Em consonância com o estabelecido no Título III, Capítulo I, da Constituição Federal, que trata Da Organização Político-Administrativa do Estado, o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, entre outras providências, estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal. Conforme definido em seu artigo 1º, o fortalecimento da capacidade institucional corresponde ao conjunto de medidas que propiciam aos órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a melhoria das suas condições de funcionamento, compreendendo as de caráter organizacional, que lhes proporcionem melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais, especialmente na execução dos programas do Plano Plurianual - PPA.

Assinale, dentre as alternativas adiante, aquela que menciona corretamente diretrizes que devem ser observadas pelas medidas de fortalecimento da capacidade institucional, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto citado:

- A) orientação para resultados de curto prazo; orientação para as prioridades político-partidárias de governo; redução a níveis toleráveis de superposições e fragmentações de ações;
- B) ampliação e diversificação de níveis hierárquicos; redução controlada da amplitude de comando; monitoramento da ação governamental por programas;
- C) organização da ação governamental por programas; eliminação de superposições e fragmentações de ações; aumento da eficiência, eficácia e efetividade do gasto e da ação administrativa;
- D) organização dos programas por ações governamentais; redução progressiva de superposições e fragmentações de ações; aumento da eficiência, eficácia e efetividade mediante elevação dos gastos com a ação administrativa;

E) racionalização de níveis hierárquicos e redução da amplitude de comando; organização da ação governamental por projetos; aumento da eficiência, eficácia e efetividade sem gastos com a ação administrativa.

56. O Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG –, instituído nos termos do artigo 20 do Decreto nº 6.944, organiza as atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal.

Assinale, adiante, a alternativa que apresenta corretamente finalidades desse Sistema de Organização:

- A) uniformizar rede colaborativa; gerar, adaptar e transferir tecnologias de inovação; racionalizar os padrões de qualidade e desenvolver os de racionalidade;
- B) proporcionar meios para reduzir o desempenho institucional e ampliar a utilização dos recursos disponíveis; gerar, adaptar e comercializar tecnologias de inovação; nacionalização de métodos e processos administrativos;
- C) uniformizar e integrar ações das unidades que compõem o SIORG; constituir rede colaborativa voltada à melhoria da gestão pública; reduzir custos operacionais e assegurar a continuidade dos processos de organização e inovação institucional;
- D) desenvolver e informatizar ações das unidades que compõem o SIORG; constituir rede informatizada voltada à melhoria da gestão pública; reduzir custos operacionais e assegurar a revisão dos processos de organização e inovação institucional;
- E) disseminar na imprensa informações organizacionais e de desempenho da gestão administrativa; utilizar a mídia para a veiculação de programas de melhoria do desempenho dos órgãos e entidades; redução das competências dos órgãos e entidades e das atribuições de seus dirigentes;

57. Na atualidade, considera-se o homem como elemento fundamental dos processos produtivos, estuda-se o comportamento das funções e o comportamento do indivíduo. Assim, as normas ou métodos de trabalho deixam de ser trilhos rígidos e passam a ser trilhas orientadoras. Abre-se espaço para a criatividade e para as metas desafiadoras, utilizando-se esses mecanismos motivacionais para atingir os propósitos da Organização, em combinação com o desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Portanto, é considerado ideal que os sistemas sejam desenvolvidos “pelas” várias unidades organizacionais usuárias, sob a atuação efetiva do princípio sistêmico da área de Sistemas, Organização e Métodos.

Essa filosofia de atuação propicia, entre outros aspectos:

- A) menor nível de conhecimento e falta de treinamento dos usuários do sistema;
- B) menor qualidade do sistema, pois os próprios usuários estarão atuando;
- C) menor facilidade de implementação;
- D) maior nível de resistência à aceitação do sistema, pois os usuários não o conhecem desde o início do desenvolvimento;
- E) melhor entrosamento entre as unidades organizacionais usuárias de um sistema.

58. Ao analisar um processo, a equipe de projeto deve partir sempre da perspectiva do cliente (interno ou externo), de forma a atender às suas necessidades e preferências, ou seja, o processo começa e termina no cliente, como sugerido na abordagem derivada da filosofia do Gerenciamento da Qualidade Total. Dentro dessa linha, cada etapa do processo deve agregar valor para o cliente, caso contrário será considerado desperdício, gasto, excesso ou perda; o que representaria redução de competitividade e justificaria uma abordagem de mudança.

Assinale dentre as alternativas adiante, aquela que apresenta o objetivo central da Gestão de Projetos:

- A) torná-los menos eficazes, eficientes e menos adaptáveis;
- B) torná-los mais eficazes, eficientes e adaptáveis;
- C) torná-los mais eficazes, eficientes e inadaptáveis;
- D) torná-los menos ineficazes, eficientes e inadaptáveis;
- E) torná-los mais ineficazes, eficientes e inadaptáveis.

59. Os relatórios gerenciais – de boa qualidade – são de extrema importância, pois servem de base para a formulação de decisões. Observando alguns poucos princípios, é possível elaborar e utilizar Relatórios Gerenciais de forma simples, objetiva, eficaz e precisa, condensando informações básicas importantes, tais como Números, Gráficos, Decisões e Ações.

Marque, adiante, a estrutura mais adequada para um bom Relatório Gerencial, considerando os aspectos básicos mencionados no enunciado:

- A) Números – devem apresentar a situação proposta; o período, o mesmo período no exercício anterior, não sendo relevante a situação desejada. Gráficos – devem indicar os níveis de tomada de decisão, através da apresentação da situação mínima apenas. Decisões/Ações – não é preciso explicitar as decisões/ações;
- B) Números – devem apresentar a situação suposta; o período, o mesmo período no exercício anterior, não sendo relevante a situação desejada. Gráficos – devem indicar os níveis de tomada de decisão, através da apresentação da situação máxima apenas. Decisões/Ações – devem explicitar as decisões/ações tomadas em relação a determinado assunto;
- C) Números – devem apresentar a situação proposta; o período, o mesmo período no exercício anterior, não sendo relevante a situação desejada. Gráficos – devem indicar os níveis de tomada de decisão, através da apresentação da situação média apenas. Decisões/Ações – não é preciso explicitar as decisões/ações;
- D) Números – devem apresentar a situação atual e real; o período, o mesmo período no exercício anterior, a situação desejada. Gráficos – devem indicar os níveis de tomada de decisão, através da apresentação das situações máxima, média ou mínima. Decisões/Ações – devem explicitar as decisões/ações tomadas em relação a determinado assunto, bem como os recursos para sua implementação;
- E) Números – devem apresentar a condição futura; o período, o mesmo período no exercício anterior, não sendo relevante a situação desejada. Gráficos – devem indicar os níveis de tomada de decisão, através da apresentação da situação suposta. Decisões/Ações – não é preciso explicitar as decisões/ações.

60. Um Sistema é considerado um conjunto de partes integrantes que formam um todo unitário, com determinados objetivos, para o que efetuam funções determinadas. Pode ser definido, também, como um conjunto de elementos interdependentes que interagem com objetivos comuns formando um todo, em que cada um dos elementos componentes comporta-se, por sua vez, como um sistema, cujo resultado é maior do que aquele que as unidades poderiam alcançar se funcionassem independentemente.

Assinale, então, qual dos conceitos fundamentais, adiante, expressa a ideia de que “todo sistema sofre deterioração”:

- A) Entropia
- B) Sintropia
- C) Homeostase
- D) Homeorrese
- E) Homeopatiase